

PFL vai exigir terceiro turno para votar alterações na Carta

BRASÍLIA — A Liderança do PFL vai exigir da Presidência da Constituinte a votação em plenário dos dispositivos alterados quanto ao mérito pela Comissão de Redação, forçando um terceiro turno de votação, antes da aprovação do texto final. Uma das principais reivindicações é a transformação do dispositivo que trata do tabelamento dos juros de parágrafo em inciso, para forçar a sua regulamentação em lei complementar.

O Vice-Líder do PFL, Deputado Inocêncio de Oliveira (PE), após reunião com o Líder do Partido, Deputado José Lourenço (BA), ontem à tarde, reconheceu que o Regimento Interno da Constituinte não prevê recursos contra as decisões da Comissão de Redação. Argumentou, porém, que esta omissão remete a questão para os Regimentos da Câmara e do Senado, que estabelecem caber recurso ao plenário das decisões de comissões técnicas.

A posição do PFL será respaldada pelo co-Presidente da Comissão de Redação, Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que considera essencial nova votação. Mas este procedimento é contestado pelo Presidente Ulysses Guimarães, que receia mais um atraso na promulgação da Carta.

O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS), também é contra o terceiro turno, alegando que as alte-



Inocêncio de Oliveira e José Lourenço: PFL tenta forçar o terceiro turno

rações foram legitimadas pelo voto dos membros da Comissão de Redação. Para reforçar esta idéia, a Liderança do PMDB apresentou apenas 17 novas sugestões.

Ao defender o terceiro turno, a Liderança do PFL não pensa apenas nas mudanças efetuadas pela Comissão de Redação. O partido preparou outras propostas, principalmente sobre o sistema tributário. A principal estabelece que o imposto sobre a

venda de combustíveis líquidos e gasosos a varejo passe para os municípios somente cinco meses após a promulgação da Constituição. Se a transferência for imediata, a cobrança deste imposto não será feita pela União — por força da Constituição — e nem pelos municípios, por falta de estrutura.

Os pefelistas vão apoiar, ainda, duas sugestões do Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), líder do

Centrão. A mais importante é o acréscimo de uma vírgula no inciso VIII do artigo 7º. Este dispositivo veda a demissão de dirigente sindical, "salvo se cometer falta grave nos termos da lei". Ponte quer introduzir uma vírgula após a palavra "grave", para que todo o dispositivo dependa de lei ordinária.

Com esta alteração, a estabilidade dos dirigentes sindicais ficaria definida pela atual legislação, que prevê a composição das diretorias com um máximo de 24 dirigentes. Mantido o texto, o dispositivo será auto-aplicável e caberá às assembléias das categorias definir o número de dirigentes, automaticamente beneficiados com a estabilidade. Ele afirma que a introdução desta vírgula fora aprovada pelos Líderes e aceita pela Mesa no momento da votação, mas desrespeitada pela Comissão de Redação.

Se conseguir realizar o terceiro turno, o PFL terá um problema: o PDT tentará aprovar uma emenda — ou sugestão — que reintroduz a palavra "minas" — suprimida pela Comissão de Redação — no dispositivo que trata da exploração de jazidas e outros recursos minerais. O PDT entende que esta supressão retiraria do controle da União as jazidas já em fase de exploração.

Onze Secretários vão assinar a Carta

BRASÍLIA — Com exceção da Secretária de Cultura de São Paulo, Deputada Bete Mendes, todos os demais parlamentares que ocupam cargos nos governos estaduais — num total de 11 — já comunicaram à Mesa da Constituinte que vão pedir exoneração para assinar a nova Carta na qualidade de titulares. O Deputado Sarney Filho (PFL-MA) reassumiu o mandato esta semana, deixando temporariamente o cargo de Secretário de Governo do Maranhão.

A informação é do Secretário Geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso Martins de Oliveira, que cuidava ontem dos últimos detalhes da cerimônia de 5 de outubro, data marcada para a promulgação da nova Constituição. Segundo Paulo Afonso, a solenidade, com início previsto para as 15h30m, no plenário da Câmara dos Deputados, deverá durar cerca de uma hora e terá como único orador o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães.

Todos os parlamentares que participaram do processo de elaboração da Carta deverão comparecer ao Senado entre os dias 23 e 29 para a assinarem. Na oportunidade, eles re-

ceberão a medalha de prata comemorativa da nova Constituição.

Os dias destinados às assinaturas foram divididos entre as bancadas estaduais de acordo com o seguinte calendário: Amapá, Roraima e São Paulo, manhã do dia 23; Acre, Amazonas, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, tarde do mesmo dia. Alagoas, Bahia e Paraíba, manhã do dia 27; na parte da tarde, Ceará, Mato Grosso e Paraná. Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, manhã de 28; Goiás, Maranhão, Santa Catarina e Sergipe tarde do mesmo dia. Minas Gerais e Piauí, manhã de 29; Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e Pará, parte da tarde.

As medalhas de ouro, destinadas aos Chefes dos três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — serão entregues durante a cerimônia de promulgação da nova Carta. Os parlamentares que estão no momento ocupando cargos no Governo Federal e os suplentes assinarão a nova Constituição na qualidade de participantes. Os organizadores do evento estão prevendo a presença de aproximadamente dois mil convidados.

Emendas restabelecem mérito do texto

BRASÍLIA — No primeiro dia da última rodada de emendas permitida aos Constituintes, a Comissão de Redação recebeu muitas propostas de retificação do texto que elaborou, alegando a necessidade de restabelecer o mérito do que foi aprovado pelo plenário. A auto-aplicabilidade do tabelamento de juros e a inclusão das minas nos bens da União continuam sendo temas polêmicos, mas foram identificados problemas em outros pontos, como a inelegibilidade de parentes e a autorização de funcionamento das instituições financeiras.

Fazendo uma projeção a partir das 326 emendas apresentadas ontem, funcionários da Constituinte acreditam que até o final do prazo, às 18h de hoje, se chegará a mil. A maior parte das propostas é mesmo de redação, propondo melhorias no estilo e na gramática.

Duas das 17 emendas encaminhadas pela Liderança do PMDB são de mérito. Uma delas pede a reinclusão no texto de uma expressão que fazia parte do acordo de lideranças, aprovado no segundo turno, para a questão das inelegibilidades dos parentes de Prefeitos, Governadores e Presi-

dentes da República. Sumiu justamente a determinação de que a ressalva permitindo a candidatura dos parentes só vale para as eleições municipais deste ano.

A polêmica sobre o tabelamento dos juros em 12 por cento ao ano vai continuar, através de emenda que a Liderança do PFL pretende apresentar hoje, idêntica à que já foi derrotada na primeira fase de trabalhos da Comissão de Redação. Essa emenda transforma em inciso o parágrafo que determina o tabelamento, para retirar-lhe a auto-aplicabilidade.

A Liderança do PDT também contestará uma decisão importante tomada pela Comissão, que retirou a palavra "minas" do rol dos bens da União, sob a alegação de que o termo "jazidas", que permaneceu, é mais abrangente. Ela acredita que a alteração é de mérito, porque jazidas são as riquezas minerais não exploradas e minas são jazidas em produção. Outra modificação de mérito foi identificada pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PFL-SP): a troca de uma palavra resultou na restrição às atividades permitidas às instituições financeiras.